



GESTÃO EM CONHECIMENTO E A CULTURA DO APRENDIZADO: PARTICIPAÇÃO SOCIAL ENTRE LOCAL E GLOBAL PARA OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NA AMAZÔNIA

SKNOWLEDGE MANAGEMENT AND LEARNING CULTURE: SOCIAL PARTICIPATION BETWEEN LOCAL AND GLOBAL FOR THE GOALS OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT (SDG) IN THE AMAZON

Rosa Ibiapina dos Santos¹
Ariane Vitória Rodrigues²
Milena Augusta Moraes Lacerda³
Luciana Maria de Oliveira⁴

¹ Doutora em Sociologia. Docente da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. E-mail: rosa.ibiapina@ufra.edu.br.

² Graduanda do Curso de Engenharia cartográfica e de Agrimensura da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. E-mail: arianevick2013@gmail.com.

³ Graduanda do Curso de Engenharia cartográfica e de Agrimensura da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. E-mail: milenaugusta1961@gmail.com.

⁴ Graduanda do Curso de Engenharia cartográfica e de Agrimensura da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. E-mail: lucianamaria.oliveira@ufra.edu.br

RESUMO: Este artigo, tem como objetivo geral apresentar a evolução do processo de sustentabilidade local e global até os atuais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), socializando-os para integrar ações sociais e de gestão da sustentabilidade entre diferentes categorias como público, privado, sem fins lucrativos e instituições de ensino, pesquisa e extensão, mediante a cultura do aprendizado, como na Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra). Especificamente, abordar a gestão sustentável atrelada à administração do conhecimento para compreensão de metas locais e globais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o avanço mundial acerca da sustentabilidade e seus desafios; e apresentar breve processo histórico de evolução de Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) da Agenda 21 para os ODS da Agenda 2030. O referencial teórico contempla categorias conceituais como administração do conhecimento, cultura do aprendizado, educação corporativa, participação social, sustentabilidade, dentre outras. A pesquisa é do tipo bibliográfica com método de abordagem dialético por fazer refletir sobre contradições dos processos sociais e de procedimento funcionalista por buscar interagir com as atribuições das categorias envolvidas. Os resultados principais apresentam a evolução dos processos de pactuações para o desenvolvimento sustentável (ODM e ODS), os relatórios da sociedade civil que retratam os avanços e retrocessos de 2017 a 2022, com os impactos de política governamental, pandemia COVID-19 e violência a ativistas; como a extinção da fundamental Comissão Nacional dos ODS (CNODS), em 2019; bem como a constatação do papel da organização Rede ODS Brasil com suas ações e engajamento entre as diferentes categorias com grupos de trabalho inovadores no processo sem comissão governamental de apoio; e o exemplo da Rede ODS Ufra, como instrumento de participação social com vistas à sustentabilidade em nível local amazônico.

PALAVRAS-CHAVE: ODS. Cultura do aprendizado. Participação social. Amazônia. Rede ODS Ufra.

ABSTRACT: This article has the general objective of presenting the evolution of the local and global sustainability process to the current Sustainable Development Goals (SDGs), socializing them to integrate social actions and sustainability management between different categories such as public, private, non-profit lucrative institutions and teaching, research and extension institutions, through the culture of learning, such as the Federal Rural University of the Amazon (Ufra). Specifically, addressing sustainable management linked to knowledge management for the understanding of local and global goals protected by the United Nations (UN) for the world advancement on sustainability and its challenges; and present a brief historical process of evolution from the Millennium Development Goals (MDGs) of Agenda 21 to the SDGs of Agenda 2030. The theoretical framework includes conceptual categories such as knowledge management, learning culture, corporate education, social participation, sustainability, among others. The research is of the bibliographical type with a dialectical approach method as it makes one reflect on contradictions in social processes and a functionalist procedure as it seeks to interact with the attributions of the categories involved. The main results present the evolution of the processes of agreements for sustainable development (MDG and SDG), the civil society report that portray the advances and setbacks from 2017 to 2022, with the effects of government policy, the COVID-19 pandemic and violence against activists; such as the extinction of the fundamental National Commission on SDGs (CNODS), in 2019; as well as the verification of the role of the organization Rede ODS Brasil with its actions and engagement among the different categories with innovative working groups in the process without a governmental support commission; and the example of the ODS Ufra Network, as an instrument of social participation with a view to sustainability at the local level in the Amazon.

KEYWORDS: ODS. Learning culture. Social participation. Amazon. ODS Ufra Network.

1 INTRODUÇÃO

A gestão organizacional apresenta premissa na administração que, por sua vez, aborda instrumentos fundamentais para sua excelência, como o conhecimento. Na gestão organizacional, o conhecimento verbera por diferentes caminhos e a sustentabilidade é seu condutor de ações permanentes social, ambiental e economicamente. Ao retratar a sustentabilidade faz-se necessário a verificação sobre gestão e conhecimento. Tal sustentabilidade, aqui, será apresentada a partir da evolução do pensamento mundial acerca do que temos, atualmente, com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os ODS apresentam uma ação coletiva global e local com o objetivo de ações em torno da sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, com metas a serem atingidos em prol de um mundo melhor.

A cultura do aprendizado que conecta o local e o global é o que está permitindo ações individuais e coletivas na gestão das organizações, em suas diferentes naturezas, como pública e privada, instituições sem fins lucrativos, dentre outras.

A participação social em aprendizado coletivo para a sustentabilidade desencadeia possibilidades múltiplas que vão evoluindo em momentos e circunstâncias que marcam a nossa história e os

ODS representam isso, o marco de ações em decorrência de interações múltiplas e amplas.

As atividades humanas em seus diferentes ambientes de vivência e convivência cada vez mais estão sendo colocadas em situações instáveis e abalos em todas as esferas de vida, onde a sustentabilidade não é mais uma questão de marketing ambiental e, sim, de sobrevivência de nossa e futuras gerações.

A vida e as interações sociais precisam garantir uma articulação pragmática de que não há mais tempo para pensar em mudança, é vivermos em mudança para melhor, tendo os ODS como uma das formas de pensar e agir com conhecimento e cultura do aprendizado sustentável.

Para tanto, este artigo busca contemplar na fundamentação teórica a compreensão entre gestão, administração do conhecimento e participação social, vislumbrando as ações voltadas aos ODS e como estão sendo construídas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Gestão, Administração do Conhecimento e Participação Social

A gestão, como uma compreensão generalista, de sistematizar processos levando em consideração planejamento, execução, controle e avaliação, em diferentes ações pessoais e profissionais do cotidiano,

advém da definição de administração.

Sistema estruturado e intuitivo que consolida um conjunto de princípios, processos e funções para alavancar, harmoniosamente, o processo de planejamento de situações futuras desejadas e seu posterior controle e avaliação de eficiência, eficácia e efetividade, bem como a estruturação e a direção dos recursos das organizações para os resultados esperados, com a minimização dos conflitos

Tal perspectiva de administrar busca garantir uma métrica importante sobre os passos atuais, refletindo sobre os passos realizados, com vistas a passos futuros.

A gestão que está no nosso dia a dia, tem esse poder de interferir em nossas ações individuais e coletivas, em nossas participações sociais, e estas no processo de gestão.

Os processos de interação social por meio da participação agregam importantes ferramentas na gestão em todos os tipos de organizações, que podem ser potencializadas pela administração do conhecimento, que é um dos instrumentos administrativos da Teoria da Excelência das Organizações, que:

É o processo estruturado, criativo, inovativo e sustentado de identificar, desenvolver e operacionalizar os conhecimentos necessários para alavancar os resultados globais das organizações (OLIVEIRA, 2010, p. 387).

A administração do conhecimento nasce de um consenso, segundo Oliveira (2010), de que o conhecimento é o principal fator de incentivo e de sustentação da evolução das organizações, devido às duas causas que surgem, a partir da década de 1980, a primeira, aprimorar as atividades de pesquisa e desenvolvimento e de tecnologia da informação e, a segunda, diferenciar as organizações.

A administração do conhecimento, portanto, é um processo que inclui estratégias básicas como as competências essenciais e aprendizagem, buscando como resultado conhecimento sustentado e diferenciado.

Competências essenciais das organizações são um conjunto de todos os conhecimentos e habilidades necessárias para sustentar as vantagens competitivas das organizações, bem como agregando valor aos resultados globais e consolidando um otimizado local de trabalho (OLIVEIRA, 2010, p. 388).

Tais competências essenciais proporcionam, dessa forma, a administração por competência que inclui informação, experiência, intuição e valores pessoais.

Administração por competência é o processo estruturado de operacionalizar as competências – essenciais e auxiliares – nas atividades básicas da organização (OLIVEIRA, 2010, p. 389).

As competências essenciais, assim, atuam em amplo contexto de acordo com 4 (quatro) fatores de influência, como: valores pessoais (“Saber ser”), atitudes (“Saber agir”), conhecimentos (“Saber saber”) e Habilidades (“Saber fazer”) conforme Oliveira (2010, p. 389).

A base de sustentação de todo o processo da administração do conhecimento se dá pelo aprendizado que “é a incorporação do que foi instituído ao comportamento do indivíduo”. A cultura do aprendizado possibilita que as organizações se capacitem com objetivo de aprender, adaptar, mudar, inovar frente às adversidades múltiplas (OLIVEIRA, 2010, p. 390).

O aprendizado, a cultura do aprendizado, garante que as competências essenciais sejam fortalecidas tornando a gestão com administração de conhecimento, uma gestão com administração de competências ou de “capital intelectual”, que tem agregado a educação corporativa, que “é o processo estruturado e sustentado para consolidar maior conhecimento e capacitação profissional, considerando as pessoas das organizações como seres humanos profissionais, sociais e inteligentes”, com realização de parcerias e valorização das pessoas no processo de inovação de suas ações (OLIVEIRA, 2010, p. 391).

A cultura do aprendizado ocorre com a interação possível pela participação social que é um instrumento para promover a articulação entre os sujeitos sociais, fortalecendo a coesão da comunidade, e para melhorar a qualidade das decisões, tornando mais fácil alcançar os objetivos de interesse comum.

A participação assume, segundo Bandeira (1999), algumas características fundamentais de interação que contemplam atores sociais: em uma escala territorial intermediária entre estado e

município; em regionalização de território e em caráter permanente que ultrapassam limites de projetos ou programas específicos.

A participação, assim, apresenta várias linhas de convergência de argumentação da importância da participação da sociedade civil e da articulação de atores sociais, como a ideia de democracia e o papel da funcionalidade da participação para sua articulação com fins a viabilização de capacitação e aprendizado coletivos na promoção do desenvolvimento (BANDEIRA, 1999).

O comportamento individual, potencializado pelo coletivo, mediante a participação social possibilita o desenvolvimento local, e este, o global. O desenvolvimento local, segundo Brito (2006), ocorre quando no conjunto dos países industrializados com o Estado (poder político centralizado) e as coletividades locais mudam a forma de relacionamento, em meio a tensões e descentralização.

A capacidade criativa, valores e potencialidades nas formas de expressão cultural, participação coletiva de uma comunidade, a identidade comunitária é a base do desenvolvimento local (LIMA, 2007).

O desenvolvimento local resulta, diretamente, da capacidade dos atores e das sociedades locais de se estruturarem e se mobilizarem, a partir de suas potencialidades e matriz cultural para definir e explorar suas especificidades (BUARQUE, 1998).

Cardoso (2006) afirma que o desenvolvimento local emerge, portanto, do empoderamento da comunidade, que implica uma comunidade em processo de tomada de decisão de políticas públicas como a de participantes, população tradicional e não tradicional, a terem equilíbrio de demandas contempladas em duas dimensões de desenvolvimento: 1-relacionada à satisfação das necessidades elementares da população (dimensão local) e 2-noção universalmente desejada no processo de acumulação global (dimensão global).

As duas dimensões, local e global, trazem perspectivas de sustentabilidade e debates, às vezes conflitantes, devido os diferentes modelos de desenvolvimento; em meio a uma diversidade de participação social, desencadeando a necessidade de

uma participação mais ampla, que inclui o processo decisório de políticas públicas e democracia participativa, que apresenta dilemas de efetivação; mas possível quando utilizando-se de conhecimento para desenvolvimento sustentável pela interação entre o local e global. Conhecimento este, na perspectiva ampla que o termo remete como de ciência, de saber popular, de sistematização, racionalidade e métodos, bem como a gestão do conhecimento com o que podemos destacar a Administração do Conhecimento.

A gestão organizacional, portanto, implica em administração de conhecimento e competências com valorização de parcerias e interação de diferentes sujeitos sociais, possível somente pela participação social. Essa dinâmica de ferramentas administrativas possibilita a construção de um cenário local e global em contínua interação em cultura do aprendizado global e local para a sustentabilidade.

Essa cultura do aprendizado local e global para a sustentabilidade por meio da participação social apresenta dentre suas diversas ações os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

2.2 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os elementos básicos das iniciativas locais de desenvolvimento incluem, segundo Brito (2006), a coordenação dos diversos agentes públicos e privados, o acesso a inovações tecnológicas e estímulo às lideranças emergentes que atuam no território. O desenvolvimento como transformação da sociedade local consiste no movimento ou passagem de um estado "cultural" existente para outro, como paradigma, em etapas como: 1-Diagnóstico local das condições de ação e avaliação das políticas de desenvolvimento; 2-Identificação das políticas e ações estratégicas entre querer e a capacidade de mudança local em face dos desafios econômicos e sociais diagnosticados; 3-Criação dos atores das políticas de desenvolvimento; e 4-Mobilização à proporção dos acontecimentos ocorridos no território ou a partir dos projetos iniciados pelos responsáveis locais.

Barquero (1999) concebe o local como um sistema de relações que configuram o ambiente local,

a dimensão cognitiva dos atores (expressa em sua capacidade de tomar decisões estratégicas e em seu potencial de aprendizado e inovação) é determinante de sua capacidade de capitanear os processos de crescimento e mudança, ou seja, de desenvolvimento local.

O desenvolvimento local surge como um fenômeno que coloca em evidência os atores sociais, as redes de cooperação e o sistema institucional que eles conseguem construir, bem como seus projetos coletivos. Ou seja, é um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais, associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração socioeconômica de reconstrução do tecido social de geração de emprego e renda (ALBUQUERQUE, 1998).

O local é definido de diferentes formas, mas Joyal (1994) sintetiza de uma maneira simples no sentido de estar no dia a dia da cultura com pertencimento de uma comunidade reconhecer em si traços característicos, de laços de solidariedade, que exercem certa influência sobre as mudanças socioeconômicas em favor das formas de intervenção oferecidas pelas instituições governamentais e associativas.

O local é a região que dispõe de diferentes combinações de características e bens coletivos (físicos, sociais, econômicos, culturais, políticos, institucionais) que influenciam sua capacidade de produzir conhecimento, de aprender e de inovar (ALBAGLI; MACIEL, 2004).

A territorialidade reflete o vivido em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social; a partir da coexistência dos atores sociais em um dado espaço geográfico (o local), criando um sentimento de sobrevivência do coletivo e referências socioculturais comuns, ainda que considerada a diversidade de interesses presentes no território (ALBAGLI; MACIEL, 2004).

As interações locais nos territórios desenvolvem um conhecimento coletivo, o qual é diferenciado e desigualmente distribuído, podendo ou não constituir importante fonte de dinamismo para aquele ambiente, que não corresponde simplesmente à soma de

conhecimentos de indivíduos e organizações; resulta das sinergias geradas a partir dos vários tipos de interação; e altera-se inclusive na sua interseção com a circulação globalizada de informação e conhecimento (IBIAPINA, 2018).

O global, assim, enquanto constituído pelo local, desencadeia uma lógica de que é na dimensão global a agregação de interações amplas, mas é na dimensão local a concretude das ações sustentáveis pelas interações mais específicas e culturais. Dessa forma, são dimensões interdependentes fundamentais para a sustentabilidade.

A sustentabilidade, dessa forma, implica viver em uma gestão sustentável que necessita de estratégias de negócios sustentáveis que contemplem parceiros e que os impactos negativos sejam, o mínimo possível, na sociedade em seus aspectos econômicos, sociais e ambientais. A sustentabilidade evoluiu ao longo do tempo para uma questão de sobrevivência de todos no presente e para futuras gerações:

[...] vem evoluindo ao longo do tempo de sobrevivência da organização, para o consenso de que é preciso sobreviver sem comprometer as gerações futuras [...], emerge em uma perspectiva tridimensional, incorporando as dimensões econômicas, social e ambiental, triple bottom line (linha de fundo triplo) (CARVALHO; PALADINI, 2012, p. 416).

A sustentabilidade, portanto, deve estar associada ao desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento sustentável apresenta algumas definições que foram se complementando em períodos marcados por grandes encontros mundiais sobre a discussão do meio ambiente frente ao aquecimento global e desastres ambientais.

Encontros estes que causaram mudanças nos processos de definição de conceitos acerca de meio ambiente em nível local e global, trazendo mudanças nas ações de instituições públicas e privadas.

Os caminhos de encontros mundiais que levaram aos ODS ganham força a partir da década de 1980.

Na Década de 1980, na reunião da Comissão de Brundtland, onde a primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, apresentou em seu relatório que desenvolvimento sustentável “é a forma como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem,

no entanto, comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1980 apud SCHARF, 2004, p. 19).

A Comissão de Brundtland apresentou uma agenda global de capacitação da humanidade sobre os principais problemas ambientais do planeta para garantir o progresso da humanidade sem comprometer as gerações futuras, com a orientação final em relatório da Convocação da II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que ocorreu no Brasil, em 1992, mais especificamente, no Rio de Janeiro, a Rio 92 ou Eco 92 (SÁ, 2012).

Na década de 1990, a Eco 92, portanto, teve como objetivo buscar o desenvolvimento com geração de bem-estar do indivíduo e sua cultura; com metas para o século XXI mediante a Agenda 21 sob o lema “pensar globalmente, agir localmente”, o que destacando os conceitos de desenvolvimento sustentável e negócio sustentável, este último como aquele que não deixa o meio ambiente pior, no fim de um período contábil, do que ele era no início do mesmo período. Tais metas seriam verificadas em novo encontro, 10 anos depois, como a Rio+10, em 2002.

Em 1995 contou-se com a “3ª Conferência das Partes da Convenção do Clima”, em Kyoto, no Japão, conhecida como a conferência do Protocolo de Kyoto, que definiu metas obrigatórias de redução nas emissões de gases-estufa para 37 países industrializados e a União Europeia, com a proposta de uma diminuição de 5%, em média, entre 2008 e 2012, em comparação aos níveis de 1990, em que alguns países não ratificaram o protocolo, como os Estados Unidos.

Na década de 2000, houve a “Cúpula do Milênio”, no ano 2000, em Nova Iorque, nos EUA, que tinha o objetivo de estabelecer a diminuição pela metade da proporção de pessoas com fome e cuja renda diária é inferior a menos de um dólar, além de buscar atingir até 2015 os 08 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (SÁ, 2012), conforme Figura 01:



Fonte: www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio

Em 2002, ocorreu a Rio +10, a “Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável”, em Johannesburgo, na África do Sul, com 189 países participantes, onde se constatou o não atingimento das metas devido à ausência de novas leis internas, à falta de verbas e de monitoramento.

Em 2012, 10 anos depois, ocorreu a Rio +20, a “Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável”, no Rio de Janeiro, no Brasil, com o objetivo de renovar e reafirmar a participação dos países com relação ao desenvolvimento sustentável no planeta Terra, sendo uma segunda etapa da Cúpula da Terra (ECO-92), que encaminhou mudanças em relação aos objetivos mundiais como mandatos dos ODM (SÁ, 2012).

Em 2015, há o marco para a Agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) como parte de um Protocolo Internacional (“Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”), assinado por 193 países, na Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU), em que o governo brasileiro assumiu o compromisso de adotar um modelo de desenvolvimento sustentável, com metas a serem alcançadas até 2030 (CARTILHA PRÊMIO ODS, 2018).

A Assembleia Geral das Nações Unidas é realizada anualmente em Nova York, Estados Unidos, dentro da sede da ONU. As sessões desse órgão são realizadas entre os meses de setembro e dezembro e contam com representantes dos 193 países-membros, como diplomatas e chefes de Estado e governo.

O Brasil, como sede da Conferência Rio+20, teve um importante papel na construção da Agenda 2030 e na promoção de amplo diálogo realizado com a sociedade civil e governos, onde foram definidos 17 Objetivos, 169 Metas e 232 Indicadores, a serem cumpridos até 2030, sob temas relevantes, como:

Figura 1 - Ilustração dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

erradicação da pobreza, saúde, educação, trabalho decente, inovação, consumo sustentável, combate à mudança do clima, paz e parcerias (CARTILHA PRÊMIO ODS BRASIL, 2018).

Os 17 ODS, assim, são os objetivos da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável em substituição à Agenda 21, conforme Figura 02.

Figura 2 - Ilustração dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio

A ilustração dos 17 ODS da Agenda 2030 busca sintetizar o que cada objetivo descreve para atingir suas metas e indicadores, conforme definição na Figura 3:

Figura 3 - Definição dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- ODS 1 - Acabar com a pobreza;
- ODS 2 - Acabar com a fome, segurança alimentar, nutrição e agricultura sustentável;
- ODS 3 - Assegurar vida saudável em todas as idades;
- ODS 4 - Assegurar educação para todos;
- ODS 5 - Alcançar igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- ODS 6 - Assegurar gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- ODS 7 - Assegurar energia para todos;
- ODS 8 - Promover crescimento econômico e trabalho decente para todos;
- ODS 9 - Construir infraestruturas resilientes e fomentar a inovação;
- ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- ODS 11 - Tomar as cidades e assentamentos humanos sustentáveis;
- ODS 12 - Assegurar produção e consumo sustentáveis;
- ODS 13 - Combater a mudança do clima e seus impactos;
- ODS 14 - Conservar oceanos e recursos marinhos;
- ODS 15 - Proteger ecossistemas terrestres e deter a perda de biodiversidade;
- ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas, acesso à justiça e instituições eficazes;
- ODS 17 - Fortalecer meios de implementação e parcerias.

Fonte: Cartilha Prêmio ODS Brasil 2018.

O histórico do processo em torno das discussões sobre sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e negócios sustentáveis em meio a organizações de diferentes setores e anseios de um mundo globalizado

e de produção em grande escala, colocam em evidência desafios a serem superados de fato (RUI; LOPES; SILVA, 2016).

No Brasil, não foi diferente, em busca de superar desafios de realização das metas sustentáveis, movimentos sociais e instituições como o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade (Nós Podemos) realizavam ações desde os ODM.

Em 2015, o Centro de Apoio às Atividades Populares (CAAP) da Paraíba, a Prefeitura de Barcarena do Pará e o Sindicato dos Técnicos Industriais do Espírito Santo (SINTEC/ES), decidiram se desvincular do Movimento Nós Podemos, idealizando uma articulação coletiva mais ampla, respeitando a diversidade regional brasileira em respeito às variadas ações locais que estavam sendo realizadas, originando a Rede ODS Brasil.

A Rede ODS Brasil teve a escolha de sua denominação, elaboração de Carta de Princípios e modelo de governança advindo de um amplo processo participativo e colaborativo com a utilização de tecnologia da informação e comunicação (videoconferências e compartilhamento de documentos) e de encontros presenciais como o 1º Diálogo Amazônico sobre os ODS voltados ao coletivo e corresponsabilização com a Agenda 2030, bem como o engajamento para realização de diversas ações até os dias atuais “visando contribuir com a efetiva implementação e acompanhamento de progresso das Agendas de Desenvolvimento da ONU no Brasil”. mediante 3 (três) amplas frentes de ação, democratizar, defender e localizar a Agenda 2030, conforme os textuais.

A Rede ODS Brasil é um coletivo suprapartidário que promove diálogo intersetorial pautado nos Direitos Humanos e na Agenda 2030. Sendo assim, a Rede ODS Brasil defende: os Direitos Humanos; a igualdade (racial, geracional, de gênero e orientação sexual) e a justiça social; a aplicabilidade do Marco Legal da laicidade do Estado; o reconhecimento dos direitos dos grupos historicamente excluídos da sociedade; o desenvolvimento que equilibre as esferas econômica, social e ambiental, valorizando as práticas e saberes dos povos originários e dos povos e comunidades tradicionais; o Estado Democrático de Direito e o fortalecimento da Democracia Participativa tendo como referência a Constituição Federal de 1988 (CF/88), a Agenda 2030 e demais Protocolos Internacionais de Direitos Humanos.[...]Democratizar a Agenda 2030, por meio da produção e disseminação de conhecimento sobre o tema. Para isso, a Rede ODS Brasil promove

e apoia eventos, capacitações e publicações que divulguem a Agenda 2030; incentiva a institucionalização da Agenda 2030 no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para que o conhecimento baseado em evidências possa subsidiar a tomada de decisão no poder público, qualificar o controle social e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida da população por meio da garantia de direitos. [...]. Defender a Agenda 2030 significa defender a Constituição Federal de 1988, os Direitos Humanos, os Direitos Cívicos, os Direitos Sociais, os Direitos Políticos, os Direitos Coletivos. Para isso, a Rede ODS Brasil se posiciona, por meio de Notas

A Rede ODS Brasil apresenta grupos de trabalho que colaboram com a participação de diferentes categorias, como: GT Sociedade Civil; GT Poder Público; GT Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; GT Desenvolvimento Urbano; GT Década do Oceano e GT Resiliência e Gestão de Riscos. Tais grupos de trabalho continuaram realizando ações otimizando a democratização, defesa e localidade da Agenda 2030, mesmo em meio à pandemia COVID-19, nos anos mais críticos de 2020 e 2021, continuando os trabalhos até os dias atuais.

Contexto e metodologia da pesquisa

Nesta seção, apresenta-se a metodologia da pesquisa destacando o método e tipo de pesquisa.

O método de pesquisa, segundo Lakatos e Marconi (2021, p.106), é “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”; utilizado no referido artigo quanto ao método de abordagem e de procedimento é, respectivamente, o dialético e funcionalista.

O método de pesquisa utilizado quanto à abordagem dialética que “penetra o mundo dos fenômenos através de suas ações recíprocas, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade”, possibilita a compreensão da evolução do processo de busca de desenvolvimento sustentável e contradições de dimensões local e global, da participação social e dos ODS em seus avanços e desafios.

O método de pesquisa utilizado quanto ao procedimento é o funcionalista por buscar a interpretação qualitativa das funções da vida social por meio da participação social e cultura do aprendizado coletivo em prol dos ODS, de acordo com a definição de Lakatos e Marconi (2010, p.34), sobre o método funcionalista como:

método de interpretação do que de investigação. Levando-se em consideração que a sociedade é formada por partes componentes, diferenciadas, inter-relacionadas e interdependentes, satisfazendo, cada uma, funções essenciais da vida social, e que as partes são mais bem entendidas compreendendo-se as funções que desempenham no todo (estuda a sociedade do ponto de vista da função de suas unidades, isto é, como um sistema organizado de atividades).

O tipo de pesquisa é bibliográfico por ser uma pesquisa de fonte secundária que abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema sobre de gestão, conhecimento, cultura do aprendizado, desenvolvimento sustentável, participação social, ODS, dentre outros; assim como, a partir de técnica de documentação indireta que “objetiva recolher informações prévias sobre o campo de interesse”, como levantar dados e buscar fontes existentes (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 174).

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 174).

Esse artigo de pesquisa bibliográfica contou com as seguintes etapas: 1-levantamento de fontes para apresentação de contexto geral, conceitual e processo evolutivo dos ODS, seus avanços e desafios a partir dos trabalhos da CNODS, Rede ODS Brasil e demais instituições em suas diferentes categorias, tendo a consolidação de indicadores por organizações como Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e 2- levantamento de fontes para apresentação de ações de ODS realizadas em projeto de extensão e

grupo/projeto de pesquisa “Rede ODS Ufra” pela Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra).

Resultados e discussão

Nesta seção, apresenta-se o cenário geral a partir dos levantamentos sobre o processo evolutivo dos ODS, seus avanços e desafios; tendo, na atualidade, organizações e sua contribuição na continuação, dentre outras ações, do engajamento, como o realizado pela Rede ODS Brasil; com a extinta CNODS sem substituição; assim como, a colaboração pela análise de indicadores dos ODS pelo IPEA e IBGE.

Com a finalização dos ODM, em 2015, ocorreu relatório retratando a finalização de um ciclo e mudança para os ODS, que por sua vez, com a ocorrência de relatórios apenas dois anos depois da implementação em 2015, com os conhecidos Relatórios Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 em: 2017, 2018 e 2019.

Relatórios estes realizados pelo grupo de trabalho da sociedade civil para a agenda 2030, que demonstrou em 2017 (I Relatório), 2018 (II Relatório) e 2019 (III Relatório) preocupações em relação ao atingimento de objetivos e metas dos ODS. Haja vista que, em 2019, houve a demonstração governamental não prioritária para os objetivos do desenvolvimento sustentável como a extinção da Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS) pelo Decreto 9.759/2019, sem a reinstalação até agosto de 2019, período de publicação do III Relatório Luz do grupo de trabalho Agenda 2030, de uma comissão nacional extremamente necessária e fundamental para a articulação das práticas para o desenvolvimento sustentável.

Criada pelo Decreto Presidencial nº 8.892/16, a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS) tem a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Trata-se de instância colegiada paritária, de natureza consultiva, para articulação, mobilização e diálogo entre os entes federativos e a sociedade civil. A Comissão é integrada por oito representantes de governo (Secretaria de Governo da Presidência da República; Casa Civil da Presidência da República; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Cidadania; Ministério da Economia; Ministério do Meio Ambiente; representante dos níveis estadual/distrital; representante do nível municipal) e por oito representantes da sociedade

civil e do setor privado, escolhidos por edital público. A Comissão tem o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como órgãos de assessoramento técnico permanente.

A CNODS, em sua 1ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional para os ODS, realizada em 7 de julho de 2017, que estabeleceu Grupo de Trabalho para elaboração do Plano de Ação (Artigo 2º, inciso I do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2017), estabeleceu Grupo de Trabalho (GT), composto por membros da Comissão, sua Secretaria Executiva e seus órgãos de assessoramento técnico permanente, com representantes das seguintes instituições:

Figura 04 – Representantes de GT da CNODS para elaboração do Plano de Ação 2017-2019.

Secretaria de Governo da Presidência da República – SEGOV;
Casa Civil da Presidência da República;
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP;
Ministério das Relações Exteriores – MRE;
Ministério do Desenvolvimento Social – MDS;
Ministério do Meio Ambiente – MMA;
Associação Brasileira de Entidades Estaduais do Meio Ambiente – ABEMA;
Confederação Nacional de Municípios – CNM;
Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior- Andifes
Confederação Nacional da Indústria – CNI;
União Geral dos Trabalhadores – UGT;
Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS;
Visão Mundial;
Instituto Ethos;
Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes;
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE

GT

Fonte: Cartilha Prêmio ODS Brasil 2018.

A CNODS contou com o Plano de Ação biênio 2017-2019 com estratégias objetivando engajamento entre as diferentes categorias com foco nos 17 Objetivos, 169 Metas e 232 Indicadores, a serem cumpridos até 2030, dentre os temas relevantes, como: erradicação da pobreza, saúde, educação, trabalho decente, inovação, consumo sustentável, combate à mudança do clima, paz e parcerias (PLANO DE AÇÃO 2017-2019 CNODS BRASIL, p. 16).

[...]. Em suma, a Comissão Nacional para os ODS é, sobretudo, um espaço institucionalizado de intercâmbio e de cooperação entre as instâncias de governo e os segmentos da sociedade civil (Figura 2), um espaço de representação e convergência de atividades colaborativas que contribuam com a implementação dos objetivos e metas de desenvolvimento sustentável no país [...].

A CNODS representou um dos avanços no Brasil acerca da pactuação global, pois ao retratar suas 6 (seis) amplas estratégias (territorialização, governança, mobilização, comunicação, monitoramento e integração/transversalidade) buscou uma cultura do aprendizado a partir de conhecimento e práticas entre diferentes segmentos sociais, conforme destacado no Plano de Ação 2017-2019 CNODS Brasil (2017, p. 16):

Figura 05– Sociedade Brasileira para a CNODS 2017-2019.



Fonte: Agenda 2030 (Plano de Ação 2017-2019).

Em 2018, a CNODS realizou, segundo o Ministério das Relações Exteriores (2007), a primeira edição do Prêmio ODS, como iniciativa do governo federal para incentivar, valorizar e dar visibilidade a práticas para o alcance das metas da Agenda 2030 em nível nacional, estimular práticas de desenvolvimento sustentável e construir com banco de dados de melhores práticas.

A primeira edição do Prêmio ODS Brasil contou com 1.045 (um mil e quarenta e cinco) inscrições dentre as 4 (quatro) categorias, como governo; organizações com fins lucrativos; organizações sem fins lucrativos; e instituições de ensino, pesquisa e extensão, com realização de seminários em todas as unidades federativas do Brasil (MRE, 2017).

Foram realizados seminários em todas as unidades da Federação para divulgar o Prêmio ODS Brasil. O objetivo é engajar grande diversidade de agentes, de forma a difundir os ODS, estimular as práticas de desenvolvimento sustentável e construir banco de dados com melhores práticas. Os vencedores receberam os prêmios em dezembro de 2018 em cerimônia que contou com a presença do Ministro-chefe da Casa Civil. (MRE, 2017).

O resultado do Prêmio ODS Brasil 2018 contou com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que participou de todas as etapas da premiação, da constituição do regulamento, seleção das melhores práticas, avaliação técnica a encaminhamento ao comitê julgador, tendo a contribuição da Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS) da Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV) e a Escola Nacional de Administração Pública - Enap (IPEA, 2017).

A 1ª Edição do Prêmio ODS Brasil 2018 possibilitou o reconhecimento de práticas que serviram de exemplo real de que as ações sustentáveis voltadas à Agenda 2030 são possíveis com engajamento e parcerias, sobretudo, realizadas por pequenos, médios e grandes grupos por categoria de governo, organizações com fins lucrativos, organizações sem fins lucrativos e instituições de ensino e pesquisa e extensão, conforme quadro abaixo:

Quadro 01 - Categorias Finalistas da 1ª Edição do Prêmio ODS Brasil 2018.

Categoria	Descrição	Local
Governo	Centro Municipal de Compostagem - Fábrica de Solos (ODS: 2, 4, 9 e 15)	Picuí/PE
	Institucionalização da Agenda 2030 (ODS: 4, 10, 11, 16 e 17)	Barcarena/PA
	LEGOS: Um Modelo Inovador para Soluções de Saúde em Regiões em Desenvolvimento (ODS: 3, 9 e 10)	João Pessoa/PB
	Paraíba Unida pela Paz (ODS: 3, 5, 11 e 16)	João Pessoa/PB
	Piscicultura: Um Caminho para o Desenvolvimento (ODS: 1, 2, 4 e 8)	Petrolândia/PE
	Programa Agricultura Urbana (ODS: 1, 2, 4, 11 e 12)	Curitiba/PR
	Programa "Bem-vindos à Escola" (ODS: 4, 10 e 11)	Benevides/PA
	Programa de Conservação e Recuperação de Nascentes e Matas Ciliares da Bacia do Rio Acre (ODS: 4, 6, 8, 12 e 15)	Rio Branco/AC
	Programa Jurisdicional de Redd+ do Acre - Sistema de Incentivos ao Serviço Ambiental do Carbono (Isa Carbono) (ODS: 12, 13, 15 e 17)	Rio Branco/AC
	Programa Mulher Cidadã (ODS: 3, 5 e 16)	Rio Branco/AC
Organizações Com Fins Lucrativos	Centro de Cultura e Sustentabilidade - Engie Brasil Energia S.A. (ODS: 4, 10 e 16)	Florianópolis/SC
	Certificação de Cadeias de Sociobiodiversidade - Natura Cosméticos S.A. (ODS: 5, 8, 12, 15 e 17)	São Paulo/SP
	Mais Que Uma Água, Uma Causa: Ama - AMBEV S.A. (ODS: 3, 6 e 8)	São Paulo/SP
	Programa de Desenvolvimento Sustentável da Arcos Dourados - Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda. (ODS: 4 e 12)	Barueri/SP
	Programa de Valorização da Sociobiodiversidade Promove o Reconhecimento das Riquezas Brasileiras, o Uso Sustentável de Recursos Naturais e o Desenvolvimento de Comunidades Extrativistas - Baraca Ingredientes Naturais S.A. (ODS: 1, 2, 8, 12 e 15)	Ananindeua/PA
	Programa Mulher Empreendedora - Itaú Unibanco S.A. (ODS: 1, 4, 5, 8 e 10)	São Paulo/SP
	Projeto Alto Uruguai I - Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (ODS: 4, 7, 9, 13 e 16)	Florianópolis/SC
	Projeto Emotive - CPFL Energia S.A. (ODS: 8, 9, 11, 13 e 17)	Campinas/SP
	Projeto Vale Luz - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA. (ODS: 1, 7 e 11)	Salvador/BA
	Projeto de Referência e Atendimento para Imigrantes - Associação Franciscana de Solidariedade. (ODS: 4, 5, 10, 11 e 16)	São Paulo/SP

	Modelo de Gestão SISAR - Confederação Sistema Integrado de Saneamento Rural - Rede SISAR. (ODS: 3, 6 e 15)	Fortaleza/CE
	Plano de Ação Familiar Saúde Criança: Uma Perspectiva Integral da Saúde - Associação Saúde Criança Renascer. (ODS: 1, 3 e 8)	Rio de Janeiro/RJ
	Prática Educacional Sustentável - Instituto de Educação Portal - IEP. (ODS: 1, 3, 4, 5 e 16)	Pacajus/CE
	Programa a Gente na Rua - Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto. (ODS: 3 e 4)	São Paulo/SP
	Programa Fogões Ecoeficientes - Instituto Perana. (ODS: 1, 5, 7, 13 e 15)	Racãozinho/Baiano/BA
	Programa Sesi Cidadania - Serviço Social da Indústria - SESI. (ODS: 1, 3, 4 e 8)	Rio de Janeiro/RJ
	Programa Floresta em Pé - Fundação Amazonas Sustentável - FAS. (ODS: 1, 11, 13 e 15)	Manaus/AM
	Projeto Lontra - Instituto Eicko Brasil. (ODS: 4, 14 e 15)	Florianópolis/SC
	Transforma - Instituto Algar. (ODS: 3, 4, 8 e 10)	Uberlândia/MG
Instituições de Ensino e Pesquisa e Extensão	Água, Esgotamento Sanitário e Higiene para a Qualidade de Vida de Populações Ribeirinhas na Amazônia - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. (ODS: 3, 4 e 6)	Terá/AM
	Barragem Subterrânea - Promovendo Acesso e Usos da Água no Semiárido Brasileiro - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. (ODS: 1, 2, 6, 9 e 15)	Recife/PE
	Criação de uma Universidade Verde - O Plano Ambiental e Estruturante da UFPA - Universidade Federal de Lavras - UFPA. (ODS: 4, 6, 7, 9 e 15)	Lavras/MG
	Educação Emancipadora e Ações Multiplicadoras em Comunidades Rurais do Baixo Sul da Bahia - Casa Familiar Agroflorestal do Baixo Sul da Bahia. (ODS: 1, 2, 4, 5 e 15)	Nilo Peçanha/BA
	Escritório de Tecnologia Social - Universidade Federal do Ceará - UFC. (ODS: 3 e 11)	Fortaleza/CE
	Gestão Ambiental Integrada na UFRN: Efluentes e Resíduos Sólidos - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. (ODS: 6, 8 e 11)	Natal/RN
	Horta Comunitária Nutrir: Educação Para o Desenvolvimento Sustentável na Formação em Alimentação e Nutrição - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. (ODS: 2, 3, 4, 12 e 15)	Natal/RN
	Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina - Fundação Oswaldo Cruz. (ODS: 1, 2, 3, 4 e 15)	Rio de Janeiro/RJ
	Plataforma Tecnológica para o Monitoramento Participativo de Emergência de Zoonoses - Fundação Oswaldo Cruz. (ODS: 3, 4, 6, 11 e 15)	Rio de Janeiro/RJ
	Tecnologia da Dessalinização da Água Salobra e Potencial Hídrico do Rejeito Salino na Produção Agrícola Familiar - Universidade Federal Rural do Semiárido UFERSA. (ODS: 1, 2, 3, 6 e 9)	Mossoró/RN

Fonte: Agenda 2030 (Plano de Ação 2017-2019).

Em contrapartida, quanto aos avanços de engajamento que a CNODS realizou, ocorreu a sua extinção em 2019, pelo governo federal, e não ocorreu a sua reinstalação como algumas entidades esperavam, sobretudo, da sociedade civil como demonstrado no III Relatório Luz da Sociedade Civil; mas, sim foi publicado outro Decreto nº9.980/2019 (PR), de 20 de agosto de 2019. O governo federal optou, para a implementação da Agenda 2030 que requer um conjunto coordenado e coerente de ações, por um modelo de governança articulado em torno da Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV-PR) mais, especificamente, pela Secretaria Especial de Articulação Social (SEAS). (SEGOV-PR, 2020).

A alteração de governança sem uma comissão nacional esvazia as dinâmicas necessárias de diversidade de categorias nas deliberações para essas diferentes categorias em prol do desenvolvimento sustentável; desencadeando um retrocesso quanto ao plano de ação da CNODS e suas atualizações com relatórios para biênios seguintes, que não ocorreram, quanto ao distanciamento com o representante

signatário brasileiro, que é o governo federal, sem ter a mediação por uma coletividade, que se efetiva por processos participativos como em uma comissão; e, ainda, quanto às dificuldades que o mundo vem vivenciando, em meio ao aquecimento global, pós-período mais crítico da pandemia COVID-19, guerra, entre outras

Apesar desses desafios, os trabalhos continuaram em meio às diversidades que mostram uma sociedade resiliente com experiências importantes e de engajamento On-line também retratadas no IV Relatório (2020), V Relatório (2021) e VI Relatório (2022) da sociedade civil.

Por fim, em relação aos relatórios, a mensagem de lançamento da 6ª edição do Relatório Luz da Sociedade Civil apresenta que os resultados indicam um país em decadência, com a pandemia de Covid-19, a recessão e as más decisões sobre as políticas públicas que “aprofundam as desigualdades em um grau alarmante, que em comparativo à 5ª edição tiveram metas consideradas ‘em retrocesso’ aumentadas de 92 para 110 e aquelas que tiveram ‘progresso insuficiente’ passaram de 13 para 24”, conforme os dados:

Em dados gerais, apenas uma (0,59%) das 168 metas analisadas teve progresso satisfatório; 11 (6,54%) metas permaneceram ou entraram em estagnação, 14 (8,33%) estão ameaçadas, 24 (14,28%) tiveram progresso insuficiente e 110 (65,47%) estão em retrocesso. Além disso, também há uma ausência de informações relativas a oito metas (4,76%) (LANÇAMENTO VI RELATÓRIO LUZ DA SOCIEDADE civil, 2022).

Esse desafio dos ODS mostra um panorama geral sobre ações com dificuldades e retrocessos, sobretudo, pelo cenário político de mudança de governança dos ODS, agravada pela não revogação da “Emenda Constitucional 95, que estabelece limites irrealistas para investimentos públicos em áreas importantes, como saúde, educação e assistência social”; e pelo aumento da violência contra a sociedade civil e trabalho de ativistas e defensores(as) de direitos humanos, sendo o “VI Relatório dedicado a Bruno Pereira e Dom Phillips, que foram assinados brutalmente na defesa dos direitos humanos” na Amazônia; “não haverá possibilidade de enfrentamento de qualquer alternativa de desenvolvimento sustentável sem resolver desafios históricos” (LANÇAMENTO VI

RELATÓRIO LUZ DA SOCIEDADE CIVIL, 2022).

Os avanços dos ODS se dão pela articulação entre diferentes instituições sobre as metas estabelecidas com ações individuais e coletivas que são mediadas por órgãos responsáveis e, sem uma Comissão Nacional ODS, causa desafios ainda maiores, porque fere a própria lógica de entendimento e ações articuladas entre essas diferentes categorias; tendo a Rede ODS Brasil avançado nesse papel de articulação, assim como os dados de análise de indicadores realizados pelo IPEA e IBGE.

Os avanços, assim, estão no comportamento de participação social, com base no coletivo ligando o ambiental, o social e o econômico; marcantes na cultura brasileira de lutas políticas com o envolvimento de diferentes instituições de forma democrática; sendo as instituições de ensino superior também mediadoras nesse processo de conhecimento e aprendizado coletivo, discutindo e rediscutindo, fazendo e refazendo, produzindo e reproduzindo processos com conhecimento científico e inovação social, em respeito aos conhecimentos e saberes populares.

Vale destacar, ainda, que a Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), executa ações de ensino, pesquisa e extensão em torno dos ODS como as demais instituições de ensino superior; contudo, passando a registrá-las em suas instâncias administrativas com o termo ODS a partir de reuniões de trabalhos que desencadeou a partir de 2019 direcionada à indicação no sistema de atividades de extensão e sua relação com os ODS.

A iniciativa na Ufra contou com a formalização da Rede ODS Ufra que nasceu com um projeto de extensão, proposta elaborada em 2017, vislumbrando a socialização das metas globais a serem atingidas para o desenvolvimento sustentável local; tendo nesse período a construção de seus objetivos, referencial teórico e resultados esperados, bem como sua formulação de logo marca atendida pela Pró-Reitoria de Extensão (Proex/Ufra) por demanda de coordenação docente com apresentação da proposta de Ufra Sustentável, que nasceu de uma nova abordagem a partir de trabalhos realizados pela

Profa. Dra. Rosa Ibiapina, quando atuava como Socióloga da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER) e participante da Rede ODS Pará, com experiências em atividades sobre ODS, (desde a época dos ODM) e suas articulações com outras áreas de políticas públicas, projetos pedagógicos de cursos e voluntariado.

A Rede ODS Ufra, assim, foi apresentada na Proex na perspectiva de uma Ufra Sustentável com adequação para Rede ODS Ufra, por buscar destacar a importância de um conjunto de ações em rede em prol do desenvolvimento sustentável, ficando o termo Ufra Sustentável de forma inerente ao Rede ODS Ufra. Até 2019, ocorreu a concretização do Ufra Sustentável no sistema módulo extensão, por contribuição docente à Pró-Reitoria Adjunta de Extensão à época, concretizando-se no cadastro de ações de extensão a indicação da relação da ação com os ODS, culminando em incentivo com premiação; bem como a concretização dos projetos de extensão Rede ODS Ufra (PJ035/2019 e PJ058/2022); transcendendo para o nível de grupo e projeto de pesquisa (PICE151/2019 e PICE678-2022).

Os ODS na Ufra, estão em vários trabalhos docentes, discentes e técnicos administrativos, do ensino-pesquisa-extensão às atividades administrativo-acadêmicas, no empoderando de suas ações existentes e futuras, ligadas à missão da Ufra e ao desenvolvimento sustentável na Amazônia. Pensar e agir de forma sustentável faz parte de uma questão cultural que a universidade tem esse papel de contribuir para o fortalecimento de metas globais e locais. A Rede ODS Ufra, em seus projetos de extensão, grupos e projetos de pesquisa buscam, portanto, contribuir com ações locais, individuais e coletivas, para uma Amazônia melhor e um mundo melhor.

Considerações finais

A cultura do aprendizado local e global em prol da sustentabilidade se dá pela participação social das mais diversas ações e os ODS são uma delas. A dimensão global como agregação de interações

amplas indica na dimensão local sua concretude de ações sustentáveis, possíveis pelas interações mais específicas e culturais. Duas dimensões fundamentais para a sustentabilidade.

O processo de cultura do aprendizado, dessa forma, precisa ser engajado em espaços coletivos e participativos, apoiados por avanço na análise dos dados como os acompanhados pela sociedade civil mediante os Relatórios Luz e pelo IPEA e IBGE; assim como em comissões deliberativas com integrantes institucionais com poder de decisão, não de forma unilateral como ocorreu com a extinção da CNODS sem substituição equivalente em portaria governamental. Mas, uma governança baseada na participação social mais diversa possível, baseada na administração do conhecimento e sua cultura do aprendizado; pois, sem isso os caminhos trilhados pelos ODS e meio ambiente e todos que dele vivem, entrarão em uma escala de retrocesso.

A Rede ODS Brasil, por sua vez, em meio às suas missões organizacionais apresenta uma característica no processo de articulação entre as diferentes categorias de participação coletiva, contribuindo com sua experiência nos períodos críticos do Brasil, como de 2020, 2021 e 2022.

Por fim, em nível local e de instituição de ensino superior, a Ufra com seus estudos e projetos, como o da Rede ODS Ufra está fazendo seu papel, enquanto ação institucional, para contribuir com a missão institucional e, global, com o desenvolvimento sustentável, a partir do local, amazônico, por meio da participação social ativa que inclui inovação social contínua, na construção de um habitus, que segundo Bourdieu (1989), representa um campo de relações sociais culturais realizadas no cotidiano; ou seja, a Rede ODS Ufra é um dos instrumentos com ações existentes na Ufra na forma de um pensar e um agir, culturalmente, sustentável.

Os fatos socioambientais e econômicos, portanto, que emergem na sociedade permite uma reflexão de que se necessita cada vez mais de ações individuais e coletivas para o desenvolvimento sustentável, importante para a mudança cultural de comportamento perante à sociedade e planeta em que vivemos. A universidade, assim, contribui enquanto instituição de ensino por superar em seu cotidiano os

desafios da sustentabilidade rumo ao cumprimento dos ODS, pela cultura do aprendizado sustentável; visto que não se faz desenvolvimento local sem sustentabilidade e esta sem organizações sociais como o poder público, privado, sem fins lucrativos, ou seja, parceiros.

O sucesso dos ODS entre o local e o global está na governança com gestão do conhecimento e cultura do aprendizado por meio de uma qualitativa política de articulação e engajamento denominada participação social.

REFERÊNCIAS

AGENDA 2030 ODS, 2020. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ods/assuntos/sobre-os-ods>. Acesso em: 12 maio 2023.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. Informação e conhecimento na inovação e desenvolvimento local. **Revista ciência da informação**. v. 33, set/dez, 2004.

ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento local e distribuição do progresso técnico** - uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.

BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro S. **Desenvolvimento regional-local: determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 1999. p. 23-128.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRITO, Lydia Maria P. Desenvolvimento Local: alternativa de desenvolvimento sustentável no capitalismo? In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 26, 2006, Fortaleza. **Anais eletrônicos**. Fortaleza: Abepro, 2006. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR560372_6797.pdf. Acesso em: 10 abril. 2009.

BUARQUE, S.C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: IICA, 1998.

CABUGUEIRA, Artur Carlos C. M. Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local: análise de alguns aspectos de política econômica regional. **Gestão e desenvolvimento**: revista da Universidade Católica Portuguesa, Viseu, n.9, p. 103-136, 2000.

CARDOSO, Denise Machado. **O Processo decisório de políticas públicas para o desenvolvimento local**: Rio Arraiolos - Almeirim/Pará. 2006. 288 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PDTU, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

CARVALHO, Marly Monteiro de; PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão da qualidade**: teorias e casos. Rio de Janeiro: Elsevier: ABREPO, 2012.

CARTILHA Prêmio ODS Brasil 2018. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ods/menu-de-relevancia/premio-ods-brasil-1/cartilha-do-premio-ods/view>. Acesso em: 24 abr. 2023.

COMISSÃO Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS), 2017, Ministério das Relações Exteriores (MRE). Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/desenvolvimento-sustentavel/comissao-nacional-para-os-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel-cnods>. Acesso em: 14 jan. 2023.

CONHEÇA os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>. Acesso em: 16 out. 2017.

FIGUEIREDO, Aguinaldo Nascimento. História do Amazonas, Estado do Amazonas Especial. 2004.

Disponível em: <http://www.povosamazonia.am.gov.br>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

IBIAPINA, Rosa. Território em Movimento, Gestão Participativa e Desenvolvimento Local: Vitória do Xingu (PA) em foco, 2011. 172 f. Dissertação (Mestrado em Administração – Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Mestrado em Administração da Universidade da Amazônia (UNAMA), Belém: UNAMA, 2011.

IBIAPINA, Rosa. **Ação local em um ambiente marinho amazônico**: município e Resex de São João da Ponta (PA) – aspectos de um movimento socioterritorial inovador, 2018, 200 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2018.

JOYAL, A. community economic development: the Montreal examples dans community economic development in Canada. Montréal : Les Éditions Transcontinentales, 1994.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Vanuza Ribeiro de et al. História, identidade e desenvolvimento local: questões e conceitos. **História e Perspectivas**. Uberlândia, v.1, n.3637, p.363-388, jan.-dez., 2007.

MELLO, Luiz Gonzaga. **Antropologia Cultural**: Iniciação, Teoria e Tema. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2010.

OS OBJETIVOS de Desenvolvimento do Milênio (ODM), 2015. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de->

desenvolvimento-do-milenio. Acesso em: 16 out. 2017.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. São Paulo: Atlas, 2012.

SCHARF, R. **Manual de negócios sustentáveis**. São Paulo: Amigos da Terra; FGV; GVces, 2004

PLANO de Ação 2017-2019 Comissão ODS Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/media/plano-acao-comissaonacional-ods.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2022.

PRIMEIRA edição do Prêmio ODS Brasil recebe inscrições até 29 de junho, 2018, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/2574-primeira-edicao-do-premio-ods-brasil-recebe-inscricoes-ate-29-de-junho?highlight=WyJhZ2VuZGEiLCInYWdlbmRhIiwiaWYwZmRlbnRhJ3MiLDIwMzAsIjIwMzAnLCIsImFnZW5kYSYyMDMwIl0=>. Acesso em: 20 jan. 2023.

REDE ODS Brasil – Sobre – Grupo de Trabalho. Disponível em: <https://www.redeodsbrasil.org/origem>. Acesso em: 28 maio 2023.

RELATÓRIO da 1ª Edição do Prêmio Brasil ODS 2018: você faz, o Brasil reconhece e o mundo fica melhor, 2018. In: Revista Prêmio ODS Brasil – Curadoria Enap. Disponível em: <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/990>. Acesso em: 6 jun. 2023.

RELATÓRIO sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ONU, Brasil, 2015. Disponível em: https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/M DG2015_PT.pdf. Acesso em: 09 out. 2017.

I RELATÓRIO Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil, 2017. Disponível em: http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1568306228relatorio_luz_portugues_17_download_v1.pdf. Acesso em 03 out. 2017.

II RELATÓRIO Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil, 2019. Disponível em: http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1568306228relatorio_luz_portugues_17_download_v2.pdf. Acesso em: 10 dez. 2018.

III RELATÓRIO Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil, 2019. Disponível em: http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1568306228relatorio_luz_portugues_17_download_v3.pdf. Acesso em: 01 nov. 2019.

IV RELATÓRIO Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil, 2020. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2020/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

V RELATÓRIO Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil, 2021. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2021/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

VI RELATÓRIO Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil, 2022. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2022/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

RUI, Adriano; LOPES, Cinara Gavioli; SILVA, José Geraldo Ferreira de. Desenvolvimento Sustentável e os desafios do terceiro setor. **Revista EA**, n. 57, 2016. Disponível em: <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=2407>. Acesso em: 09 out. 2017.